

 <b>TJDF</b>		Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
<b>Órgão</b>	Primeira Turma Recursal DOS JUIZADOS ESPECIAIS DO DISTRITO FEDERAL	
<b>Processo N.</b>	RECURSO INOMINADO CÍVEL 0719084-52.2025.8.07.0016	
<b>RECORRENTE(S)</b>	-----	
<b>RECORRIDO(S)</b>	-----	
<b>Relatora</b>	Juíza RITA DE CASSIA DE CERQUEIRA LIMA ROCHA	
<b>Acórdão Nº</b>	2039686	

#### EMENTA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ARMA DE FOGO. ENVIO INDEVIDO DO PRODUTO A TERCEIRO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO (R\$2.000,00). DESPROVIMENTO.

#### I. CASO EM EXAME

1. Recurso inominado interposto pelo autor contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido deduzido em ação indenizatória por danos morais, fixando a compensação em R\$ 2.000,00, em razão do envio de arma de fogo, adquirida e registrada em nome do autor, a terceiro não vinculado à relação contratual.

2. Fato relevante. A arma permaneceu em poder do terceiro, situado em outro estado da federação, por aproximadamente um mês e meio, sendo posteriormente devolvida ao estabelecimento e retirada pelo autor. A empresa ré reconheceu o equívoco e adotou providências para regularização.



## II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

3. A questão em discussão consiste em saber se o valor de R\$ 2.000,00 arbitrado a título de compensação por danos morais é adequado à gravidade da falha na prestação do serviço envolvendo objeto sujeito a controle legal rigoroso.

## III. RAZÕES DE DECIDIR

4. Restou configurada falha na prestação do serviço, tendo em vista o envio indevido da arma de fogo a terceiro estranho à relação contratual, fato que ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano e justifica a reparação por danos morais.

5. Apesar da gravidade do bem envolvido, o montante fixado mostra-se proporcional e razoável, atendendo à função compensatória e pedagógica da indenização. A majoração pretendida implicaria enriquecimento sem causa, em descompasso com as peculiaridades do caso concreto.

6. Por ser matéria de ordem pública, a correção monetária incide a partir do datado arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros moratórios desde a citação (art. 405 do CC).

## IV. DISPOSITIVO

7. Recurso conhecido e desprovido. Mantida a condenação da recorrida ao pagamento de indenização por danos moral no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), corrigida monetariamente a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios desde a citação (art. 405 do CC).

---

*Dispositivos relevantes citados: n/a*

*Jurisprudência relevante citada: n/a*

## ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Juízes da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, RITA DE CASSIA DE CERQUEIRA LIMA ROCHA - Relatora, LUIS EDUARDO YATSUDA ARIMA - 1º Vogal e ANTONIO FERNANDES DA LUZ - 2º Vogal, sob a Presidência do Senhor Juiz ANTONIO FERNANDES DA LUZ, em proferir a seguinte decisão: CONHECIDO. NÃO PROVIDO. UNÂNIME., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.



**Juíza RITA DE CASSIA DE CERQUEIRA LIMA ROCHA** Relatora

## **RELATÓRIO**

Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.

## **VOTOS**

**A Senhora Juíza RITA DE CASSIA DE CERQUEIRA LIMA ROCHA - Relatora**

Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante pedido formulado de concessão da gratuidade de justiça, o qual defiro, nos moldes do art. 99, § 3.º do CPC e à minguada de prova hábil a elidir a presunção de hipossuficiência.

Contrarrazões apresentadas sob id 74248804.

Voto pelo desprovimento do recurso inominado.

Sem condenação em custas processuais, ante a concessão do benefício da justiça gratuita. Recorrente vencido condenado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 20% sobre o valor da condenação. Suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida.

É como voto.

**O Senhor Juiz LUIS EDUARDO YATSUDA ARIMA - 1º Vogal**

Com o relator

**O Senhor Juiz ANTONIO FERNANDES DA LUZ - 2º Vogal**

Com o relator

## **DECISÃO**

**CONHECIDO. NÃO PROVIDO. UNÂNIME.**



Recurso próprio, tempestivo e dispensado de preparo ante pedido formulado de concessão da gratuidade de justiça, o qual defiro, nos moldes do art. 99, § 3.º do CPC e à míngua de prova hábil a elidir a presunção de hipossuficiência.

Contrarrazões apresentadas sob id 74248804.

Voto pelo desprovimento do recurso inominado.

Sem condenação em custas processuais, ante a concessão do benefício da justiça gratuita. Recorrente vencido condenado ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 20% sobre o valor da condenação. Suspensa a exigibilidade em razão da gratuidade de justiça deferida.

É como voto.



JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO INOMINADO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE ARMA DE FOGO. ENVIO INDEVIDO DO PRODUTO A TERCEIRO. DANO MORAL CONFIGURADO. VALOR INDENIZATÓRIO MANTIDO (R\$2.000,00). DESPROVIMENTO.

## **I. CASO EM EXAME**

1. Recurso inominado interposto pelo autor contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido deduzido em ação indenizatória por danos morais, fixando a compensação em R\$ 2.000,00, em razão do envio de arma de fogo, adquirida e registrada em nome do autor, a terceiro não vinculado à relação contratual.
2. Fato relevante. A arma permaneceu em poder do terceiro, situado em outro estado da federação, por aproximadamente um mês e meio, sendo posteriormente devolvida ao estabelecimento e retirada pelo autor. A empresa ré reconheceu o equívoco e adotou providências para regularização.

## **II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

3. A questão em discussão consiste em saber se o valor de R\$ 2.000,00 arbitrado a título de compensação por danos morais é adequado à gravidade da falha na prestação do serviço envolvendo objeto sujeito a controle legal rigoroso.

## **III. RAZÕES DE DECIDIR**

4. Restou configurada falha na prestação do serviço, tendo em vista o envio indevido da arma de fogo a terceiro estranho à relação contratual, fato que ultrapassa o mero aborrecimento cotidiano e justifica a reparação por danos morais.
5. Apesar da gravidade do bem envolvido, o montante fixado mostra-se proporcional e razoável, atendendo à função compensatória e pedagógica da indenização. A majoração pretendida implicaria enriquecimento sem causa, em descompasso com as peculiaridades do caso concreto.



6. Por ser matéria de ordem pública, a correção monetária incide a partir da datado arbitramento (Súmula 362 do STJ) e juros moratórios desde a citação (art. 405 do CC).

#### **IV. DISPOSITIVO**

7. Recurso conhecido e desprovido. Mantida a condenação da recorrida ao pagamento de indenização por danos moral no valor de R\$2.000,00 (dois mil reais), corrigida monetariamente a partir da data do arbitramento (Súmula 362 do STJ) e acrescida de juros moratórios desde a citação (art. 405 do CC).

---

*Dispositivos relevantes citados: n/a*

*Jurisprudência relevante citada: n/a*



Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei n. 9.099/95.



